

Mauricio Pereira Simões

NORMATIVIDADE EXTRALEGAL

Novas Fontes e Aspectos Hermenêuticos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright ● 2020 by Mauricio Pereira Simões

Categoria: Argumentação e Linguagem Jurídicas

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S593n

Simões, Mauricio Pereira

Normatividade extralegal : novas fontes e aspectos hermenêuticos /
Mauricio Pereira Simões. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
516 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 283-296.

ISBN 978-65-5510-234-5

1. Hermenêutica. 2. Precedente. 3. Argumentação jurídica. 4. Norma
jurídica. 5. Interpretação. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Papel da Hermenêutica	5
1. Análise introdutória	5
1.1 A compreensão da hermenêutica.....	9
1.1.1 Métodos e tipos	12
1.1.2 Métodos	14
1.1.2.1 Interpretação gramatical.....	14
1.1.2.2 Interpretação lógica.....	15
1.1.2.3 Interpretação sistemática	17
1.1.2.4 Interpretação histórica, sociológica e evolutiva.....	19
1.1.2.5 Interpretação teleológica e axiológica.....	22
1.1.3 Tipos.....	24
1.1.3.1 Interpretação especificadora.....	24
1.1.3.2 Interpretação restritiva.....	25
1.1.3.3 Interpretação extensiva.....	27
1.1.4 Integração jurídica	29
1.1.4.1 Analogia	31
1.1.4.2 Costumes, princípios gerais de direito, equidade	33
1.1.4.3 Considerações sobre a integração.....	35

Capítulo II – Hermenêutica e Direito do Trabalho.....	37
2. Posição do Direito do Trabalho.....	37
2.1 Teorias do Direito do Trabalho.....	40
2.2 Integração jurídica métodos trabalhistas típicos.....	48
2.2.1 Jurisprudência	50
2.2.2 Analogia	55
2.2.3 Equidade	56
2.2.4 Princípios típicos do Direito do Trabalho.....	60
2.2.5 Usos e costumes	66
2.2.6 Direito comparado.....	71
2.2.7 Direito comum	74
2.3 O papel da doutrina	85
Capítulo III – Ampliação dos Objetos de Análise – O Legislado e o Julgado.....	89
3. Mudanças de paradigmas históricos	89
3.1 Evolução da tensão normativa	90
3.2 Considerações sobre o cenário da normatividade	114
Capítulo IV – As Novas Fontes Normativas	117
4. Aspectos introdutórios.....	117
4.1 Fontes formais do Direito do Trabalho	118
4.2 O novo papel do direito processual.....	120

4.3 Disposições específicas sobre formação de normas.....	123
4.3.1 Decisões judiciais com efeito vinculante	134
4.3.1.1 Decisões do Supremo Tribunal Federal.....	135
4.3.1.1.1 Decisões em matéria de controle concentrado de constitucionalidade	135
4.3.1.1.2 Enunciados de súmulas vinculantes e a reclamação	136
4.3.1.2 Processos de natureza repetitiva	145
4.3.1.2.1 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	146
4.3.1.2.2 Recurso de Revista Repetitivo.....	155
Capítulo V – Método Extralegal de Formação Normativa.....	171
5. Direito comparado – Critérios	171
5.1 Os assentos portugueses	174
5.2 Outras formas de positivação de normas a partir do Poder Judiciário.....	180
5.3 Análise conclusiva do método extralegal.....	199
Capítulo VI – Hermenêutica dos Precedentes	205
6. A origem normativa dos precedentes e forma de compreensão.....	205
6.1 Escolas declaratórias e constitutivas dos precedentes.....	206

6.2 Escolas declaratórias e constitutivas dos precedentes brasileiros	213
6.3 Elementos de compreensão hermenêutica dos precedentes.....	222
Capítulo VII – Da Hermenêutica Geral para a Hermenêutica dos Precedentes	253
7. A construção do precedente.....	253
7.1 Análise de um caso concreto.....	254
7.1.1 Decisão de afetação de recurso de revista repetitivo	256
7.1.2 Deliberações do Ministro Relator	257
7.1.3 Do procedimento de participação pública dos interessados.....	260
7.1.4 Do incidente para solução da questão jurídica quanto à competência.....	263
7.2 Do mérito do julgado	266
7.2.1 Hermenêutica clássica na formação do precedente.....	266
7.2.2 Hermenêutica própria para a aplicação do precedente	274
7.3 Conclusão.....	277
Conclusão.....	279
Referências	283
Sites consultados:.....	296

Anexos

Anexo I	299
Anexo II	301
Anexo III	305
Anexo IV	313
Anexo V	317
Anexo VI	321
Anexo VII.....	421